

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O JORNAL ESTUDANTIL *O BRADO UNIVERSITÁRIO* (1973-1976): UMA EXPRESSÃO DE MICRORRESISTÊNCIA POSSÍVEL À DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Regina Célia Daefiol
Universidade Estadual de Maringá
rdaefiol@gmail.com

Resumo

Este artigo é parte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) para obtenção do título de Mestre em História. O objeto de estudo que constituiu a espinha dorsal da pesquisa que originou a dissertação é o jornal estudantil *O Brado Universitário*, produzido entre 1973 e 1976 pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria (DANH), que representava os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo é demonstrar que o jornal estudantil foi uma importante ação de microrresistência do movimento estudantil dentro da UEM nos anos mais duros ditadura militar, quando as grandes manifestações não eram mais possíveis em função da violenta repressão por parte do regime.

Introdução

Estudar um tema da história recente impõe desafios específicos, mas também abre possibilidades interessantes. Se, por um lado, a proximidade temporal dos acontecimentos analisados – característica intrínseca à História do Tempo Presente – apresenta o desafio de lidar com a ausência de distanciamento do objeto de estudo, por outro, abre a oportunidade de olhar e analisar diversas possibilidades de “fechamento” da história que se desenrola. Estar imerso nessa história que se desenrola obriga o historiador a sair da zona de conforto do “já acontecido”, obrigando-o a alargar sua visão e sua análise considerando as possibilidades do que ainda está em aberto.

Partindo da premissa de que o historiador formula no presente as questões que o impelem a estudar o passado, considero importante registrar o contexto em que foi realizada a pesquisa, caracterizado pela defesa, por parte de grupos políticos de extrema-direita, de discursos revisionistas de apoio e aprovação à ditadura militar brasileira. Tal realidade exigiu, além de fidelidade à metodologia, atenção redobrada com o anacronismo. Mais do que nunca buscamos, como aconselha Albuquerque Jr. (2012),

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“sair” do presente para olhar “de fora” o período estudado. Mas sem perder de vista as rupturas e as permanências do passado que nos permitem compreender e atribuir sentidos ao presente.

O objetivo da pesquisa foi demonstrar que a produção do jornal *O Brado Universitário* pode ser caracterizada como uma estratégia viável encontrada pelos estudantes “para se fazer representar na arena política” (MÜLLER, 2010) diante da impossibilidade de realizar grandes manifestações de oposição e resistência por causa do recrudescimento da repressão. Os materiais publicados pelo jornal estudantil foram analisados e concluímos que a produção de *O Brado Universitário* pode ser entendida como uma ação que Müller (2010) caracteriza como “microrresistência”. O período estudado foram os anos de 1975 e 1976. Cinco edições do jornal foram analisadas: nº 8, ano III, de abril de 1975; nº 9, ano III, de novembro de 1975; nº 10, ano IV, de março de 1976; nº 11, ano IV, de abril de 1976; e nº 12, ano IV, de maio de 1976.

Por não existir um arquivamento público ou oficial do jornal, nem por parte da Universidade Estadual de Maringá e nem do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, nos deparamos com a impossibilidade de acessar todas as edições produzidas durante o período em que o jornal circulou. Os exemplares analisados foram obtidos em arquivos particulares mantidos por dois ex-alunos do curso de Direito, que participaram da produção do jornal: o jornalista, escritor e dramaturgo Edilson Pereira dos Santos, e o jornalista, escritor, professor e advogado Laércio Souto Maior.

A estratégia de trabalho adotada foi analisar o material disponível, que consideramos uma amostragem robusta, uma vez que o jornal teve apenas 12 edições ao longo de quatro anos de existência. Considerando a perspectiva de Pierre Nora (1984) de que os documentos têm o valor a eles atribuídos pelo olhar do historiador/a que os analisa como representação de ideias de uma determinada época, é possível afirmar que trabalhamos com uma amostragem significativa e representativa daquele momento em que os estudantes buscavam novas estratégias de ação política.

Nas edições analisadas, o jornal *O Brado Universitário* abordou não só temas relacionados à educação, como os aumentos das anuidades, o processo de elitização da universidade, a defesa da gratuidade do ensino, o cerceamento dos estudantes pelo Decreto 477. Colocou em debate também assuntos que afetavam toda a sociedade, com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

matérias críticas às medidas repressivas do AI-5, ainda em vigor e fazendo valer suas restrições, ao baixo valor do salário mínimo, à fome e ao “subdesenvolvimento” do Brasil.

Já no nome escolhido para o jornal ficam evidentes o senso crítico e a irreverência dos estudantes. Segundo o jornalista e escritor Edilson Pereira, que foi editor de *O Brado*, o cacófato formado pelo nome era uma referência ao quadro político do país naquele momento. “Na realidade, ‘obrado’ era um trocadilho dos estudantes de Direito para [definir] a situação em que vivíamos.”¹ Também é possível supor que o uso do substantivo *brado* no nome do jornal, como a expressão da ideia de grito e de protesto, fazia uma referência implícita ao verso do Hino Nacional brasileiro (“de um povo heroico o brado retumbante...”).

O jornal estudantil como ator político

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, analisamos a atuação da grande imprensa, que apoiou o golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente João Goulart e a ditadura militar instaurada logo depois. A análise faz um contraponto com a atuação da imprensa alternativa, que atuou como oposição nos dois momentos, colocando em perspectiva as diferenças de alinhamento político/ideológico e de abordagem. Buscamos relativizar a memória de resistência à ditadura e de defesa dos valores democráticos construída em torno de si pela grande imprensa, evidenciando a postura de conivência da maioria dos veículos de comunicação com os governos autoritários mesmo nos momentos em que cresciam as denúncias de graves violações dos direitos humanos nos porões da repressão. Nesse contexto, a imprensa estudantil, como vertente da imprensa alternativa, ocupou posição de destaque como voz de oposição e resistência.

¹ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021. O trabalho incluiu depoimentos dos dois ex-acadêmicos do curso de Direito que nos forneceram as edições estudadas, que foram colhidos durante entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa. As fontes orais foram utilizadas a partir da perspectiva de que na construção da narrativa historiográfica “um documento não pode ser analisado isoladamente, e sim em relação a outras fontes que auxiliem sua compreensão” (CAPELATO, 1988).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Num ambiente de censura e repressão violenta, os jornais estudantis, assim como ocorria com as publicações alternativas, transformaram-se em palco de ação política. Se a imprensa comercial se calava e consentia, os alternativos e as publicações estudantis escancaravam o protesto, a crítica, a discordância e o enfrentamento ao regime. Denunciavam os abusos, reivindicavam a volta das liberdades por meio do humor, da linguagem irreverente, da charge, da caricatura, do desenho, do visual gráfico ousado e muitas vezes agressivo. A imprensa *nanica*, aí incluída a imprensa estudantil, foi um espaço de ação política livre por não se pautar pelos interesses empresariais dos grandes veículos de comunicação que limitavam o escopo do que poderia ou não ser dito.

No segundo capítulo, buscamos demonstrar de que forma o movimento estudantil brasileiro foi atingido pelo golpe de 1964 e as novas táticas de resistência à ditadura adotadas na década de 1970 para fazer frente à repressão violenta e à perseguição a lideranças estudantis dentro das universidades. Na impossibilidade de levar avante uma atuação política de massa como havia ocorrido até 1968, o movimento estudantil precisou mudar a estratégia de atuação, configurando novas formas de luta possíveis diante do clima de desmobilização, coerção e vigilância imposto ao ambiente universitário.

A produção de jornais e outros tipos de publicação – murais, cartazes, panfletos – foi uma das frentes em que o movimento estudantil passou a atuar de maneira marcante como estratégia para enfrentar as medidas restritivas impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-lei 477, que colocaram os estudantes diante da necessidade de buscar caminhos alternativos para se organizar e resistir, bem como para mobilizar e engajar mais jovens.

Essas publicações foram um importante canal para a articulação de novas formas de resistência e de engajamento político, levando à criação de estratégias de organização e luta, na medida em que permitiam a circulação de ideias e de informações entre os que se posicionavam contra a ditadura. A imprensa estudantil, que floresceu durante os anos mais duros da repressão nas universidades e faculdades brasileiras, conferiu identidade e organização a uma luta que, a partir das restrições impostas pela legislação autoritária e da consequente desarticulação das organizações representativas dos estudantes, passou a ser clandestina. O jornal estudantil assumiu, nos anos 1970, um valor simbólico como “ator da resistência, possibilitando a estruturação de textos, muitas vezes de subtítulos,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com linguagem metafórica, que o transformava num ator muito especial” (MÜLLER, 2010, p. 85)

Como forma de resistência política, os jornais estudantis inovaram na produção de conteúdo. Foram também um espaço de ensaio e de experimentação em termos de linguagem e até mesmo de formato e apresentação gráfica.

As capas dos jornais costumavam trazer desenhos, caricaturas que evidenciavam o conteúdo crítico ao regime, como o jornal *Imprensa Universitária* da USP, assinado pela Comissão Universitária que, em seu primeiro número, de outubro de 1975, trouxe “apenas” mãos negras com os punhos trancados por uma algema que se partia. O conteúdo das quatro páginas se referia às movimentações da greve geral feita pelos estudantes da USP quando da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog. (MÜLLER, 2010, p. 80)

A partir dessa perspectiva, a produção de jornais e outras publicações estudantis pode ser entendida como uma ação de microrresistência nos anos mais duros da repressão e também no período que antecedeu o retorno do movimento estudantil às ruas em manifestações pela democratização do país. Esses periódicos foram importantes canais de contato com a “‘massa estudantil’, com o objetivo de criar uma consciência de luta contra a ditadura” (MÜLLER, 2010, p. 85). Não por acaso, a partir da década de 1970 a imprensa estudantil entrou num período de grande efervescência e produção, com a criação de jornais que marcaram a história da imprensa alternativa brasileira.

A intensa produção da imprensa estudantil na década 1970 é uma demonstração de que o movimento estudantil continuou em plena atividade nos anos de chumbo. Os jornais estudantis eram o espaço de luta possível naquele momento. O crescimento no número de publicações iniciou em 1972, principalmente com jornais de DCEs e CAs, mas em 1973 ficou mais visível (MÜLLER, 2010). E este crescimento não foi observado apenas em instituições de ensino superior do eixo Rio-São Paulo ou das capitais, mas também em cidades do interior dos estados brasileiros.

Foi o caso do Paraná. Em 1973, no mês de março, nasceu na cidade de Londrina o destacado jornal estudantil *Poeira*. O informativo surgiu como um ator político importante dentro da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para dar voz ao grupo que se opunha à diretoria do DCE, então dirigido por uma frente de direita que tinha ligações com a ARENA, partido de sustentação da ditadura militar. Em 1974, o grupo do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Poeira venceu as eleições do DCE e o jornal ganhou força. Com forte conteúdo político, humor, críticas diretas aos militares e utilizando uma linguagem popular, o *Poeira* entrou para a história da UEL como um símbolo da liberdade de expressão e da luta contra a repressão durante os anos de chumbo.

No terceiro capítulo da dissertação contextualizamos o movimento estudantil na Universidade Estadual de Maringá, instituição criada no contexto da reforma universitária que impôs restrições à ação política dos estudantes, e analisamos três edições do jornal *O Brado Universitário*, números 8, 9 e 10. A atuação do movimento estudantil universitário de Maringá foi marcada por nuances e nem sempre prevaleceram posições de resistência e luta contra o regime autoritário. Antes mesmo da criação da Universidade Estadual de Maringá já existia uma organização estudantil em uma das faculdades que a antecederam, o Centro Acadêmico Roberto Simonsen, cuja posição foi de apoio ao golpe de Estado de 1964. Em abril daquele ano, a diretoria do CA divulgou uma nota, aprovada em assembleia com os estudantes,

manifestando apoio às autoridades que deram suporte ao golpe de Estado. O texto foi assim redigido: “Os acadêmicos da Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, componentes do Centro Acadêmico Roberto Simonsen – Carsi, diante da situação que atravessa nossa pátria, pelo presente estendem seu preito de gratidão pela brilhante atuação de V. Exa. para salvaguardar os princípios democráticos do Brasil”. (DIAS, 2018, p. 188)

Após o golpe, o Carsi manteve seu apoio à ditadura instaurada, não demonstrando identificação ou vinculação com o “processo de resistência nem simpatia com as posições defendidas pela UNE” (DIAS, 2018, p. 189). Tanto que de forma rápida adaptou-se às determinações da Lei Suplicy, alterando seu estatuto já em 1965, quando passou a se chamar Darsi (Diretório Acadêmico Roberto Simonsen). Além disso, por meio de seu jornal *Folha Econômica* o Darsi manifestou apoio à política econômica de Castelo Branco, apontada como o caminho para o Brasil entrar “no equilíbrio, na disciplina e na restauração” (DIAS, 2018, p. 189). No mesmo jornal a entidade estudantil saudou o AI-5 como solução para diversos problemas nacionais, elencando entre eles “a questão estudantil”. O texto dizia que o Ato permitiria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a retirada por completo das manifestações dos estudantes profissionais, que, comandados por pessoas certamente não integradas ao meio estudantil, iludem a boa-fé de alguns idealistas que veem bons propósitos em promover o nome da entidade desamparada por lei e tida como ilegal para qualquer manifestação de ordem. (DIAS, 2018, p. 189)

Posição oposta adotou o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito, que também viria a integrar a UEM, e responsável pela produção do jornal *O Brado Universitário*. Criado em 1966, o DANH nasceu já adaptado às normas da legislação de exceção da ditadura militar. Mesmo tendo surgido no contexto da legislação restritiva, o diretório acadêmico assumiu uma postura de entrosamento com as lutas estudantis, a ponto de ser vigiado pela DOPS. Em 1968, um delegado do diretório participou do congresso clandestino da UNE em Ibiúna, fato que não passou despercebido da vigilância da delegacia. No ano seguinte, o presidente da entidade estudantil foi acusado de usar as dependências da faculdade para a promoção de atividades subversivas e foi indiciado, conforme demonstram relatórios da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).

Em 1969, houve o indiciamento do acadêmico Philemon de Assis Vieira, presidente do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito, no Decreto Lei 477, sob a acusação de ter utilizado as dependências da instituição para provocar subversão. O motivo era desproporcional à acusação. Na organização da Semana da Pátria, o presidente afixou um edital protestando contra a impossibilidade de “fazer um debate franco e aberto”, texto que as autoridades, influenciadas pela ideologia da segurança nacional, consideraram subversivo. (DIAS, 2017, p.29).

A resistência à ditadura entre os estudantes ganhou força a partir da criação da Universidade Estadual de Maringá, em 1969, com a incorporação de três instituições de ensino superior existentes: “Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá; Faculdade Estadual de Direito de Maringá; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Maringá.” (DIAS, 2008, p. 50). Até 1976, quando foi reconhecida, a Universidade Estadual de Maringá passou por um período de transição, com a manutenção da antiga estrutura herdada das faculdades que a originaram.

A instituição “organizou-se definitivamente nos termos previstos pela legislação a partir da provação de seu estatuto, ajustado à Lei 1 5.540/68 [da reforma universitária] pelo Decreto Estadual 582/75” (DIAS, 2008, p. 58). Adaptando-se ao que determinava a lei, a universidade passou a contar, por exemplo, com uma Assessoria de Segurança e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Informações (ASI) e com um regulamento para o corpo discente fundamentado nas normas do Decreto 477. Foi no contexto dessa legislação autoritária que o movimento estudantil se articulou e o ponto de convergência foram os diretórios acadêmicos herdados das antigas faculdades que formaram a UEM. Neste processo de articulação, a imprensa estudantil se apresentou como possibilidade concreta de resistência, num contexto de vigilância constante e de repressão que impedia outras formas de luta, como as manifestações e protestos registrados no meio estudantil até 1968.

Irreverência e ousadia

A análise do jornal *O Brado Universitário* nos permitiu caracterizar a imprensa estudantil como um agente político dentro da UEM, confrontando o regime e suas medidas autoritárias e defendendo bandeiras históricas do movimento estudantil que iam de encontro à ideologia da ditadura.

O Brado passou por sensíveis mudanças durante o período analisado. A começar pelo tipo de impressão. A edição número 8, de abril de 1975, foi impressa em mimeógrafo. A partir da edição número 9, o informativo passou a ser impresso na gráfica de *O Diário do Norte do Paraná*, o principal jornal de Maringá. A edição 9, inclusive, circulou como encarte especial de *O Diário*, fato que levanta duas hipóteses: 1) os estudantes tentavam, desta forma, driblar a proibição expressa no Regulamento Disciplinar do Corpo Discente de produzir e circular publicações dentro da universidade sem autorização da reitoria; 2) os estudantes tentaram ampliar o público do jornal para levar suas críticas e demandas para além dos muros da universidade. Nas edições seguintes, apesar de continuar sendo impresso nas oficinas de *O Diário*, *O Brado* não traz a informação se permaneceu ou não sendo encartado no jornal.

A mudança mais sensível observada no período estudado refere-se ao conteúdo do jornal, que, a partir da edição número 10, passa a fazer críticas mais abertas à ditadura, abordando temas como a censura, a repressão, a fome, o baixo valor do salário mínimo e a situação da economia, além de questões ligadas a bandeiras históricas do movimento estudantil, como a gratuidade do ensino superior. Segundo Edilson Pereira, que assumiu a edição do jornal neste período, ao lado de Anésio Foleiss Filho e de José Carlos Struett,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

depois de um dos antigos editores, Laércio Souto Maior, ser preso pela Operação Marumbi²,

a gente estava numa fase de remorso de não ser guerrilheiro ou coisa parecida e queria fazer algo de importante. O *Poeira* em Londrina mostrou que era possível. E a gente, quando assumiu o *Brado*, decidiu mudar a linha editorial para algo mais agressivo.³

A mudança está relacionada também ao contexto político do período em que as edições foram produzidas. As edições 8 e 9 circularam no ano de 1975, respectivamente nos meses de abril e novembro, quando o país ainda se encontrava sobre forte pressão da censura e do aparato repressivo do regime autoritário, apesar de o governo de Ernesto Geisel, com sua prometida abertura política, ter completado um ano no poder.

As edições 10, 11 e 12 foram produzidas no ano de 1976, respectivamente nos meses de março, abril e maio. Foi o momento em que a mobilização social contra a repressão começava a ganhar corpo, na esteira dos protestos gerados pela morte sob tortura, no COI-CODI de São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

O ano de 1976 foi também o marco da rearticulação do movimento estudantil para a retomada dos protestos de massa. Foi quando começaram a eclodir greves e manifestações de estudantes em diversas instituições de ensino superior no Brasil. O ápice desta mobilização se deu em 1977, quando os estudantes e os movimentos sociais voltaram com toda força às ruas. As críticas abertas ao regime autoritário ganhavam espaço também na imprensa, mais livre diante do arrefecimento da censura prévia aos jornais, um movimento de avanços e recuos que acabou por extingui-la.

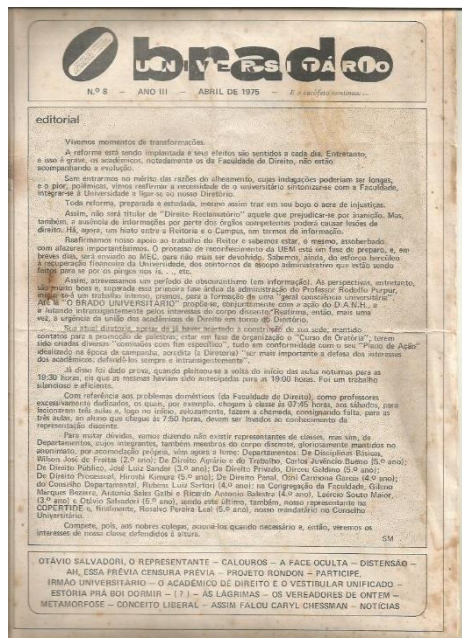
Mesmo no contexto de repressão, tensão política e vigilância, o jornal estudantil *O Brado Universitário* não deixou de criticar e confrontar a ditadura. Nas edições 8 e 9, os estudantes evitaram o discurso de enfrentamento direto, possivelmente como maneira de garantir a sobrevivência do jornal, que era alvo de estreita vigilância dos órgãos de

² Laércio Souto Maior foi preso na operação por seu perfil de esquerda. Era vigiado pelos órgãos de segurança por estar “envolvido em atividades subversivas”, conforme citado no Relatório Informação nº 123/77 – ASI/FUEL, de 6 de dezembro de 1977, emitido pela Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Estadual de Londrina. Serviço Nacional de Informações - Informação n. 739/116/ACT/77. 19 de maio de 1977, p. 22. Disponível no Sian - Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

³ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

informação. Apesar de não confrontar diretamente o regime, o jornal não deixou de se posicionar. De forma sutil, muitas vezes utilizando metáforas, os estudantes imprimiam sua voz de protesto nas páginas do jornal e, desta forma, marcavam sua posição de resistência, principalmente em relação a temas ligados à adaptação da UEM à reforma universitária, o que viria a atingir em cheio a ação estudantil dentro da instituição. Na edição 8, o editorial, na primeira página, fala sobre o momento de transformações e de incertezas diante das mudanças que a reforma viria a impor.



Capa da edição nº 8, abril de 1975

O tema da reforma é retomado na edição 9. O artigo *A universidade ao alcance de poucos*, que teve chamada na primeira página, critica a elitização do ensino superior, uma vez que uma minoria dos brasileiros podia pagar as pesadas mensalidades. A charge da capa remete à matéria publicada na página 3 sobre a discordância dos alunos com o estabelecimento, pela UEM, da frequência mínima obrigatória do acadêmico a 75% das aulas durante o ano letivo para ser aprovado. Essa exigência, na avaliação dos alunos, prejudicaria os estudantes que precisavam trabalhar e cursar a universidade à noite, porque muitas vezes eles não conseguiam assistir às primeiras aulas por conta do horário de saída do trabalho. A charge brinca com a imagem da justiça cega como representação da imparcialidade. Em sua plácida “cegueira” a deusa da justiça não vê que, na tentativa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de equilibrar a balança, o aluno fica numa posição de “quase cair” fora do prato, ou seja, quase reprovado.



Capa da edição nº 9, novembro de 1975

A partir da edição número 10, de março de 1976, o jornal dá uma guinada e passa a adotar um discurso crítico explícito. A reforma universitária é o grande alvo da crítica na capa da edição. Na visão dos estudantes, a reforma dos militares teria transformado as universidades, que passaram a ser pagas, em empresas onde a educação era um produto que visava ao lucro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Capa da edição nº 10, março de 1976

No quarto capítulo analisamos as duas últimas edições compiladas para a pesquisa, as de número 11 e 12, nas quais o jornal travou embates diretos com dirigentes da universidade e criticou as medidas da reforma interna que não só iriam interferir na vida acadêmica dos estudantes, como também manteriam o silenciamento e o cerceamento das ações políticas do movimento estudantil.

A edição número 11 do *Brado* – o nome do jornal foi encurtado, como abordaremos adiante – circulou num período em que a Universidade Estadual de Maringá vivia um momento decisivo no processo de reconhecimento pelo MEC. O processo de reforma interna para adaptar as estruturas da instituição à reforma universitária encontrava-se em fase final de implantação. A preocupação dos estudantes com o modelo de instituição que seria criada a partir da reforma aparece com clareza na edição 11.

Por conta do ambiente de mudanças, associado ao clima político do país, a edição 11 assume um tom ainda mais crítico até que a número 10, que marcou a virada para a nova postura político-editorial do jornal. A linguagem dos textos se mantém coloquial, mais próxima do jornalismo, com abordagem bastante direta de temas sensíveis naquele momento; com exceção de alguns textos que apresentam linguagem metafórica e figurada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A mudança do nome, que, com o abandono do cacófato “*obrado*” ficou apenas *Brado*, teve a intenção de dar o sentido de “grito” dos estudantes. Pelo teor dos conteúdos publicados, poderia ser um grito contra a situação de exceção vivida pelo país, com a suspensão do Estado de Direito. Ou, um grito contra o que os estudantes enfrentavam dentro da UEM naquele momento, com as deficiências típicas de uma universidade que ainda trilhava o caminho da consolidação, com o ensino pago, com as medidas autoritárias de certos dirigentes. Uma frase irônica vem logo abaixo do novo nome: “Um jornal que defende o ‘sanguessuga’ dos vampiros”. A frase faz referência ao tema do artigo da página 2, *UEM, devolva o sangue*, que critica um boletim emitido pela reitoria da UEM (Boletim Informativo da Reitoria nº 1) em que os estudantes que atrasavam suas mensalidades teriam sido comparados a sanguessugas pelos dirigentes da instituição.

A ilustração da capa, que pode ser enquadrada na categoria de charge, é uma crítica ao modelo de universidade que nasceu sob os ditames da reforma, uma universidade paga, elitista e que limita a ação política dos estudantes, modelo diametralmente oposto à bandeira estudantil do ensino superior gratuito. As ruínas da ilustração podem ser vistas como uma alusão ao fato de que este modelo de ensino superior não se sustentaria e encontraria um fim em si mesmo. A figura dos morcegos também se refere ao tema do artigo da página 2, sobre o boletim emitido pela reitoria da UEM cujo teor era uma intimidação aos estudantes que não pagavam em dia suas mensalidades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Capa da edição número 11, abril de 1976

A edição número 12 do *Brado*, de maio de 1976, foi a última a circular porque o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que produzia o jornal, foi extinto, assim como os outros herdados das antigas faculdades, após a aprovação da reforma interna que adaptou a estrutura da UEM ao novo estatuto. A edição se posiciona em relação às mudanças, demonstrando que a reforma, que em maio de 1976 estava em vias de ser aprovada, não era a almejada pelos estudantes representados pelo DANH. E mais tarde ficou claro que as mudanças, de fato, não contemplariam as demandas estudantis, uma vez que não abriram espaço para uma maior participação acadêmica nas decisões da universidade por meio dos órgãos deliberativos e também não solucionaram a maioria dos problemas que a instituição enfrentava.

A reforma foi um golpe nas aspirações estudantis. O estatuto definitivo da universidade atrelou o DCE, bem como os diretórios setoriais que substituíram os diretórios acadêmicos, à jurisdição dos órgãos deliberativos da UEM, em que a participação estudantil regulamentada era reduzida. Os regimentos tanto do DCE como dos diretórios setoriais deveriam ser aprovados por esses órgãos deliberativos e as eleições, dirigidas pela administração da UEM. O estatuto também determinou o “caráter cívico, assistencial e cultural dos diretórios e vedou a promoção ou apoio a ausências

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

coletivas aos trabalhos escolares [greves de estudantes]”. (DIAS, 2018, p. 197). Ou seja, vetou qualquer possibilidade de ação política.

Já na capa da edição 12 a visão crítica dos estudantes transparece. Provavelmente numa referência ao clima vivido naquele momento, tanto na UEM como no resto do país, logo abaixo do nome do jornal aparece a irônica expressão: “Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?”. A interrogação sugere uma ironia sobre a ação das “autoridades constituídas” dentro da universidade e da censura exercida pela ASI (Assessoria Interna de Informações), que havia convocado os editores do Brado para prestar depoimento por conta de críticas feita ao vice-reitor na edição anterior.

A foto que ilustra a capa também demonstra o espírito crítico da edição. A conjuntura econômica e social do Brasil ganhou grande espaço na edição número 12. Naquele momento o Brasil vivia a crise do chamado “milagre econômico”, que fez o “bolo aumentar” como prometia o ex-ministro da Fazenda, Delfim Neto, mas sem que fosse repartido de forma igualitária. A imagem, um retrato da situação de penúria em que se encontravam as camadas mais pobres da população, chama para a matéria *Salário mínimo?*, da página 3, que aborda o baixo poder de compra do salário mínimo, insuficiente para suprir as necessidades do trabalhador, conforme previa a Constituição.

A edição traz outro material relacionados ao tema. Na página 6 é reproduzido um trecho do livro do médico Josué de Castro, considerado um dos maiores estudiosos das consequências da fome no Brasil e na América Latina. Castro aponta 13 itens que afirma serem a raiz do “subdesenvolvimento” da região, entre eles os baixos salários de grande parte da população, que levam a outro grave problema, que é a subnutrição.

A unicidade temática desses materiais tem um viés político. Os textos formulam um conjunto de ideias que denuncia as políticas econômicas geradoras de inflação e de arrocho salarial dos governos militares como origem da concentração de renda, do aumento da pobreza e do subdesenvolvimento não só do Brasil, mas de toda a América Latina, naquele momento dominada por ditaduras militares. A crise econômica vivida naquele momento acirrava os problemas estruturais que faziam do Brasil um país “subdesenvolvido”, onde boa parte da população enfrentava, em diferentes graus, a fome denunciada nas obras de Josué de Castro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Capa da edição nº 12, maio de 1976

A análise do jornal estudantil *O Brado Universitário*, produzido pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria, do curso de Direito da UEM, foi, portanto, um importante agente político de resistência à ditadura militar em Maringá. Pelo teor crítico e de denúncia e por defender bandeiras históricas do movimento estudantil que confrontavam a ideologia dos militares, o jornal pode ser caracterizado como uma ação de microrresistência dos estudantes num momento em que a ação política precisava ser estrategicamente calculada porque as manifestações de oposição e protesto eram silenciadas pela legislação autoritária e pela repressão violenta.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval M. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GOLÇALVES, M. A., et al. **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

CAPELATO, Maria Helena. K. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo : Contexto/EDUSP, 1988.

DIAS, Reginaldo. B. **Uma universidade de ponta-cabeça:** a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade. Maringá: EDUEM, 2008.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. A cidade sob vigilância: Maringá (PR) nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná (1947-1981). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, p. 7-33, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **A face esquerda da cidade:** estudos sobre a história de movimentos, partidos e personagens do campo político de esquerda em Maringá (1947-2000). Curitiba: CRV, 2018.

MIANI, Rozinaldo A. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990:** o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História). Assis-SP: Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2005.

_____. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v. 1, p. p. 37-48, 2012.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). 2010. 267p. Tese (Doutorado em História Social).** Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São. São Paulo; Paris. 2010.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história – A problemática dos lugares.** Paris: [s.n.], 1984.

ROMUALDO, Edson C. **Charge jornalística:** intertextualidade e polifonia - Um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: EDUEM, 2000.